

## Da ONU para o Plano Diretor

Carlos C. Aveline

Como era esperado por alguns, a ECO-92 não trouxe nenhum resultado espetacular de curto prazo para o mundo ou para o Brasil. Ao contrário. A grande conferência da ONU sobre o meio ambiente e desenvolvimento, feita no Rio de Janeiro em junho passado, parece continuar quatro meses depois no mais completo esquecimento. Nem a tradução da Agenda 21 e dos outros documentos aprovados no Rio foi feita até agora. Pior: a própria versão inglesa, corrigida após tantas mudanças de palavras nos 14 dias de conferência no Rio, só agora está disponível — na forma de disquete. O governo brasileiro, que sediou o encontro, nada fez, não digo para aplicar os acordos do Rio, mas, pelo menos, para que eles fossem conhecidos da população e do próprio setor ambientalista.

Fracasso? Decepção? Nada disso. A reunião do Rio não pode ser compreendida se a olharmos de muito perto. Podemos e devemos discutir os seus resultados e relacioná-los com a vida de nossas comunidades. Mas a verdadeira significação da ECO-92 só pode ser percebida numa perspectiva de 10 ou 20 anos — algo para o ano 2002 ou 2012.

A meta humana é clara. Ficou estabelecido que, quando falam seriamente e a partir de um compromisso com a vontade de viver em paz, os povos querem um mundo com características bem definidas. A civilização humana deve ser politicamente livre, porque nazismo e stalinismo são cartas fora do baralho. Deve ser socialmente justa, o que dará a base para a democracia política. Deve ser ainda economicamente eficaz, ecologicamente sustentável e eticamente satisfatória. Tudo isso depende de um cidadão que seja fundamentalmente alerta: como eleitor, como trabalhador, como consumidor e como ser humano em todas as dimensões da vida.

A chave da transição para esta sociedade, no entanto, depende de que todos compreendam como o particular se vincula com o geral, o pessoal com o coletivo e o global com o local. O desenvolvimento ecologicamente sustentável, tema da ECO-92, não é algo que vai ocorrer lá longe, numa coisa chamada Assembléia Geral das Nações Unidas. É um processo que depende da definição e implementação de um Plano Diretor para São Leopoldo, Sapucaia, Esteio, Portão — cada cidade em que nós moramos. O Plano Diretor não deve ser uma regulamentação sobre o uso de calçadas ou asfaltamento de uma determinada rua. Deve ser um plano, e deve ser diretor. Deve resolver o problema dos limites do crescimento em nossas cidades — e isto mundo afora, já que o inchaço urbano é um fenômeno de todo o hemisfério sul empobrecido.

Em cada comunidade, é preciso definir com clareza o que é desenvolvimento e reconhecer que desenvolvimento é mais qualidade de vida, não é mais crescimento econômico que só beneficia uns poucos. Precisamos ver que crescimento queremos e que crescimento não queremos.

Assim no céu como na terra; assim no plano macrocósmico como no plano microcósmico. Assim na vida local como na vida planetária, e no plano pessoal como no coletivo. O grau da honestidade e ética a ser mantido em Brasília depende da honestidade (e vigilância) nossa em todo lugar — e isto o *impeachment* presidencial já nos mostrou.

A ciência ecológica é a ciência da inter-relação entre todas as coisas. A questão ecológica mostra, no plano social, que todas as questões humanas estão interagindo, entre si, todo o tempo. Mas a ação começa, sempre, em cada indivíduo. Esta ação é sábia e útil na medida em que este indivíduo perceber que é parte do todo e não um pedaço de vida à deriva ou avulso.

A tarefa do movimento ecológico, passada a ECO-92, precisa ir além da velha postura reivindicativa para aplicar, de fato, a visão ecológica, não só através da crítica, mas dialogando, pressionando democraticamente e inspirando governantes e outros setores da sociedade.

Carlos C. Aveline  
Caixa Postal 189  
93001-970 São Leopoldo — RS